

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	41
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.397.784.793
Preferenciais	0
Total	1.397.784.793
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	2.775.482	2.400.862
1.01	Ativo Circulante	505.410	221.717
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	405.950	146.902
1.01.02	Aplicações Financeiras	69.969	45.895
1.01.03	Contas a Receber	26.069	26.630
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	26.069	26.630
1.01.03.02.01	Contas a Receber	26.069	26.630
1.01.06	Tributos a Recuperar	404	308
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	404	308
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.908	1.876
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	110	106
1.01.08.03	Outros	110	106
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedor	15	1
1.01.08.03.02	Outros Créditos	95	105
1.02	Ativo Não Circulante	2.270.072	2.179.145
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	32.702	34.608
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	10.619	8.061
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	10.619	8.061
1.02.01.07	Tributos Diferidos	21.573	25.278
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.573	25.278
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	510	1.269
1.02.03	Imobilizado	1.052	4.881
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	405	435
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	647	4.446
1.02.04	Intangível	2.236.318	2.139.656
1.02.04.01	Intangíveis	2.236.318	2.139.656
1.02.04.01.02	Intangível	2.040.470	1.933.908
1.02.04.01.03	Intangível em Andamento	195.848	205.748

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	2.775.482	2.400.862
2.01	Passivo Circulante	126.513	112.920
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.026	8.332
2.01.01.01	Obrigações Sociais	9.026	8.332
2.01.02	Fornecedores	27.967	26.179
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	27.967	26.179
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.094	7.312
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	32.963	23.884
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	727	-107
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	727	-107
2.01.04.02	Debêntures	32.236	23.991
2.01.05	Outras Obrigações	26.325	37.818
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.430	2.373
2.01.05.02	Outros	22.895	35.445
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.430	8.939
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	3.906	9.389
2.01.05.02.06	Cauções Contratuais	14.754	10.362
2.01.05.02.07	Credores pela Concessão	1.061	1.261
2.01.05.02.08	Taxa de Fiscalização	1.061	1.261
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	683	4.233
2.01.06	Provisões	16.138	9.395
2.01.06.02	Outras Provisões	16.138	9.395
2.01.06.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	16.138	9.395
2.02	Passivo Não Circulante	1.223.782	896.088
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.125.541	777.738
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	773.134	411.612
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	773.134	411.612
2.02.01.02	Debêntures	352.407	366.126
2.02.02	Outras Obrigações	1	370
2.02.02.02	Outros	1	370
2.02.02.02.04	Outros	1	0
2.02.02.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	0	370
2.02.04	Provisões	98.240	117.980
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	8
2.02.04.02	Outras Provisões	98.240	117.972
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenções em Rodovias	10.685	5.421
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	87.555	112.551
2.03	Patrimônio Líquido	1.425.187	1.391.854
2.03.01	Capital Social Realizado	1.409.086	1.348.386
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	1.409.086	1.348.386
2.03.02	Reservas de Capital	0	60.700
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	60.700
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	16.101	-17.232

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	167.379	336.485	58.333	115.208
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-127.317	-243.215	-60.534	-123.591
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-47.838	-95.672	-19.697	-34.797
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-79.479	-147.543	-40.837	-88.794
3.03	Resultado Bruto	40.062	93.270	-2.201	-8.383
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.024	-6.600	-3.087	-6.070
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.073	-6.649	-3.095	-6.078
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-2.231	-5.078	-2.349	-4.722
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-842	-1.571	-746	-1.356
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	49	49	8	8
3.04.04.03	Outras receitas / despesas operacionais, líquidas	49	49	8	8
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	37.038	86.670	-5.288	-14.453
3.06	Resultado Financeiro	-13.422	-32.605	-9.917	-18.041
3.06.01	Receitas Financeiras	-1.865	-216	589	634
3.06.01.01	Receitas Financeiras	-1.865	-216	589	634
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.557	-32.389	-10.506	-18.675
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-11.557	-32.389	-10.506	-18.674
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	0	0	0	-1
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	23.616	54.065	-15.205	-32.494
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.351	-16.824	5.187	11.076
3.08.01	Corrente	-5.780	-13.119	0	0
3.08.02	Diferido	-1.571	-3.705	5.187	11.076
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	16.265	37.241	-10.018	-21.418
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	16.265	37.241	-10.018	-21.418
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0117	0,0268	-0,0075	-0,016

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	16.265	37.241	-10.018	-21.418
4.03	Resultado Abrangente do Período	16.265	37.241	-10.018	-21.418

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2020 à 30/06/2020	Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	66.100	-33.490
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	116.291	-249
6.01.01.01	Resultado do Exercício	37.241	-21.418
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.705	-11.076
6.01.01.05	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	0	5.906
6.01.01.06	Receita com Aplicações Financeiras Vinculadas	-132	0
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	17.852	0
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias de Debêntures	8.746	8.253
6.01.01.10	Despesa / (Receitas) Financeira (valor presente)	3.902	3.466
6.01.01.11	Constituição (reversão) de Provisão Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	38	2
6.01.01.12	Constituição (reversão) de Provisão para Manutenção	4.979	1.993
6.01.01.13	Depreciações e Amortizações	39.960	12.625
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-46.720	-31.768
6.01.02.01	Contas a Receber	561	-3.926
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-273	-201
6.01.02.05	Impostos a recuperar	37	-66
6.01.02.06	Pagamento de Juros	-24.923	-12.250
6.01.02.07	Outros créditos	10	-10
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-14.266	0
6.01.02.11	Fornecedores	-9.755	-8.235
6.01.02.12	Contas a pagar - Partes relacionadas	1.047	1
6.01.02.13	Cauções Contratuais	411	270
6.01.02.14	Obrigações Sociais	694	1.439
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	11.824	98
6.01.02.18	Credores pela Concessão / Taxa de Fiscalização	-400	1.732
6.01.02.19	Riscos Cíveis Trabalhistas, Fiscais e Regulatórios	-46	-2
6.01.02.20	Outras Contas a Pagar	-11.641	-10.618
6.01.03	Outros	-3.471	-1.473
6.01.03.01	Outros valores pagos	-3.471	-1.473
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-150.879	-98.864
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-6	-14
6.02.02	Adições ao Intangível	-124.240	-100.260
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-3.608	0
6.02.04	Valor Resgatado das Aplicações Vnculadas	1.049	0
6.02.11	Aplicações Financeiras	-24.074	1.410
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	343.827	516.000
6.03.02	Captações de Empréstimos	362.808	0
6.03.13	Emissão de Debêntures	0	400.000
6.03.14	Pagamento Debentures - Principal	-8.150	0
6.03.16	Distribuição de juros sobre capital próprio	-10.831	0
6.03.20	Aumento de Capital / Devolução	0	116.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	259.048	383.646
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	146.902	1.192
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	405.950	384.838

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.348.386	60.700	0	-17.232	0	1.391.854
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.348.386	60.700	0	-17.232	0	1.391.854
5.04	Transações de Capital com os Sócios	60.700	-60.700	0	-3.908	0	-3.908
5.04.01	Aumentos de Capital	60.700	-60.700	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.908	0	-3.908
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.241	0	37.241
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	37.241	0	37.241
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.409.086	0	0	16.101	0	1.425.187

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.293.086	0	0	-50.997	0	1.242.089
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.293.086	0	0	-50.997	0	1.242.089
5.04	Transações de Capital com os Sócios	55.300	60.700	0	0	0	116.000
5.04.01	Aumentos de Capital	55.300	60.700	0	0	0	116.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-21.418	0	-21.418
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-21.418	0	-21.418
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.348.386	60.700	0	-72.415	0	1.336.671

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2020 à 30/06/2020	Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	354.317	117.660
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	204.446	26.284
7.01.02	Outras Receitas	149.871	91.376
7.01.02.01	Receitas dos Serviços de Construção	147.543	88.794
7.01.02.02	Outras	2.328	2.582
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-195.179	-108.466
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-20.881	-11.001
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.863	-3.568
7.02.04	Outros	-167.435	-93.897
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-147.543	-88.794
7.02.04.02	Custo da Concessão	-14.211	-2.653
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-4.979	-1.993
7.02.04.04	Outros	-702	-457
7.03	Valor Adicionado Bruto	159.138	9.194
7.04	Retenções	-39.960	-12.625
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-39.960	-12.625
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	119.178	-3.431
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.492	5.071
7.06.02	Receitas Financeiras	-216	634
7.06.03	Outros	6.708	4.437
7.06.03.03	Juros Capitalizados	6.708	4.438
7.06.03.04	Outros	0	-1
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	125.670	1.640
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	125.670	1.640
7.08.01	Pessoal	14.150	8.590
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.528	6.781
7.08.01.02	Benefícios	2.977	1.451
7.08.01.03	F.G.T.S.	645	358
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	34.709	-8.620
7.08.02.01	Federais	24.440	-10.053
7.08.02.02	Estaduais	0	1
7.08.02.03	Municipais	10.269	1.432
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	39.570	23.088
7.08.03.01	Juros	26.598	8.253
7.08.03.02	Aluguéis	543	-54
7.08.03.03	Outras	12.429	14.889
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados BNDES	5.501	0
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados Debentures	1.207	4.438
7.08.03.03.04	Outras Despesas Financeiras	5.721	10.451
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	37.241	-21.418
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	-3.908	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	41.149	-21.418

Ribeirão Preto, 12 de agosto de 2020 - A ViaPaulista S.A., empresa do Grupo Arteris S.A., comenta seu resultado do segundo trimestre de 2020, período encerrado em 30 de junho de 2020. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais e estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações contábeis trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado:

O volume do tráfego pedagiado no 2T20 foi de 13,24 milhões de veículos equivalentes, apresentando um aumento de 331,8%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, variação devido ao início da trafegabilidade das praças do trecho remanescente em julho de 2019.

Em relação ao 1T20 houve uma redução de 12,8%, essa variação é reflexo das medidas de isolamento social realizadas devido à pandemia do Covid-19, reduzindo principalmente o tráfego de veículos leves de forma considerável.

Receita Operacional Bruta:

A Sociedade obteve uma receita bruta total no 2T20 de R\$ 175,6 milhões, apresentando um aumento de R\$115,7 milhões ou 193% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, e no acumulado do ano obtivemos R\$354,3 milhões de receita bruta (aumento de 201,1% em relação ao 1S19). Em relação ao 1T20, a receita bruta total, apresentou uma redução de R\$3 milhões ou 1,7%. As principais variações são as que seguem:

- Em 04 de julho de 2019 iniciou a arrecadação das praças de pedágio do trecho remanescente, sendo reconhecido no 1S20 a receita bruta de pedágio no montante de R\$ 161,6 milhões.
- Em 04 de fevereiro de 2020 iniciou a arrecadação da Praça de São Carlos, sendo reconhecido no 1S20 a receita bruta de pedágio no montante de R\$ 4 milhões.
- As receitas de obras foram de R\$79,5 milhões no 2T20, aumento de 94,6% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, e aumento de 16,8% quando comparado ao trimestre anterior. O aumento apresentado em comparação ao mesmo período do ano anterior, é devido ao início das obras de adequação das praças e SAUs

do trecho remanescente conforme Programa de Adequação Inicial (PAI), após a transferência do Trecho Remanescente, seguindo o exigido no Contrato de Concessão. A redução apresentada no comparativo dos trimestres é principalmente pela conclusão da praça de pedágio de São Carlos, que entrou em operação em fevereiro de 2020, conforme exposto acima. A contrapartida desta receita de igual montante está demonstrada na rubrica de Custo dos Serviços de Construção, eliminando seu efeito no resultado.

Custos e Despesas Operacionais:

- Os custos e despesas totais no 2T20, excluído o efeito dos custos de construção, depreciação e amortização, aumentaram R\$ 15,6 milhões ou 104,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação é justificada por contratação de colaboradores, serviços de conservação (pavimento, drenagem, revestimento vegetal) dos trechos em operação denominados trechos existentes, registro de ônus variável, taxa de fiscalização e provisão de manutenção decorrentes do início de operação de arrecadação de pedágios e pela incorporação do trecho remanescente em julho de 2019.
- Em relação ao 1T20, os custos e despesas reduziram R\$ 1,5 milhões ou 4,6%, devido principalmente à diminuição de despesas administrativas, de serviços de conservação, consumo e serviços de terceiros, além da revisão para provisão para manutenção.
- No 1S20 os custos e despesas totalizaram R\$62,3 milhões, um acréscimo de 120,6% em comparação ao 1S19 que registrou R\$28,2 milhões.

EBITDA e EBITDA Ajustado:

- O EBITDA e o EBITDA ajustado aumentaram 2.095,2% e 1.556,2% respectivamente no 2T20, em comparação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em razão do reconhecimento das receitas de pedágio do trecho remanescente a partir de julho de 2019 e da praça de São Carlos que iniciou sua operação de arrecadação em fevereiro de 2020.
- Em relação ao 1T20, EBITDA e o EBITDA ajustado apresentaram uma redução de 16,9% e 13,7% respectivamente em função da redução do tráfego e, consequentemente, da receita devido à pandemia do Covid-19.

- No acumulado do ano, o EBITDA e o EBITDA ajustado, atingiram os valores de R\$126,6 milhões e R\$131,6 milhões, respectivamente.

Resultado Financeiro:

A Sociedade obteve um resultado financeiro líquido negativo de R\$13,4 milhões, apresentando redução de 30% em relação ao último trimestre. Essa variação, é justificada pelas seguintes movimentações:

- Pelo impacto da redução do IPCA, base para cálculo do trimestre, no reconhecimento de juros e atualizações monetárias da 2ª emissão de Debêntures IPCA do Empréstimo Ponte realizada em 15 de junho de 2019 no valor de R\$ 400 milhões e do empréstimo BNDES de longo prazo, emitida em 30 de julho de 2019 no valor de R\$ 438,4 milhões, aumentando as despesas com juros.

Lucro Líquido:

A Sociedade obteve lucro de R\$16,3 milhões no 2T20, apresentando aumento de R\$26,3 milhões ou 262,4% em relação ao resultado do 2T19. A reversão do prejuízo em lucro apresentada no comparativo com o mesmo período do ano anterior é justificada, principalmente, pelo início da operação de arrecadação de pedágios do trecho remanescente em julho de 2019 e da praça de pedágio de São Carlos, iniciada em 04 de fevereiro de 2020.

Endividamento:

A Sociedade encerrou o 2T20 com um endividamento bruto de R\$1.158,5 milhões, apresentando um aumento de R\$340,3 milhões em relação ao 1T20, e um aumento de R\$456,5 milhões em relação ao 2T19. O endividamento líquido, fechou em R\$672 milhões no 2T20, apresentando um aumento de R\$35,1 milhões em relação ao 1T20 e de R\$355,7 milhões em relação ao 2T19.

A variação entre este trimestre e o mesmo do ano anterior é devido à 2ª emissão de Debêntures IPCA em 15 de junho de 2019 e a primeira captação de empréstimo de longo prazo BNDES em 30 de julho de 2019. Quanto a variação entre o 2T20 e 1T20, a variação é justificada pela segunda captação de empréstimo de longo prazo BNDES em 13 de abril de 2020 no valor de R\$ 363 milhões.

Investimentos:

- No 2T20, a Sociedade investiu R\$63,6 milhões em ativos intangíveis e R\$38,2 milhões no mesmo período do ano anterior. Esse aumento no período é devido, principalmente, ao início em julho de 2019 do Programa de Adequação Inicial (PAI), após a transferência do Trecho Remanescente, conforme requisito estipulado no Contrato de Concessão.
- A Sociedade estima em 30 de junho de 2020, o montante de R\$4.218.434 (R\$3.832.041 em 31 de dezembro de 2019) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$1.416.793 (R\$1.806.094 em 31 de dezembro de 2019) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Covid-19

Os impactos da pandemia da Covid-19 iniciada em meados de março de 2020 se estenderam por todo o 2T20, impactando diretamente o tráfego pedagiado. Durante o 2T20, foram sentidos os maiores impactos do alastramento do vírus no Brasil, e em consequência disso, as medidas de restrição sanitárias e protocolos foram adotados praticamente em todo o território nacional.

Diante desse cenário, a Sociedade manteve e aprimorou diversas medidas mitigantes e de proteção que já haviam sido tomadas logo no início da pandemia:

- Manutenção do Comitê de crise específico para avaliar os impactos e medidas necessárias a serem tomadas;
- Manutenção da política de home office para todos os colaboradores em funções administrativas e com condições de atuar nessa modalidade;
- Manutenção do rodízio de colaboradores das áreas operacionais em que não é possível a adoção de home office, evitando-se a exposição do maior número de colaboradores possível;
- Suspensão de viagens nacionais e internacionais;
- Suspensão de reuniões externas e reuniões com terceiros dentro dos escritórios;
- Constante comunicação da liderança trazendo todos os novos desdobramentos a respeito de conscientização dos riscos, prevenção, medidas tomadas e orientações das autoridades;
- Atuação frente aos principais bancos a fim de preservar linhas de crédito e liquidez

A tabela abaixo apresentada o comportamento do tráfego dentro do trimestre em comparação aos mesmos períodos do ano passado:

Comentário do Desempenho

ViaPaulista

Composição Tráfego - Comercial & Passeio (Mil - Veic. Equiv.)	Variação				
	Abr19 x Abr20	Mai19 x Mai20	Jun19 x Jun20	2T19 x 2T20	1S19 x 1S20
Via Paulista	-14,1%	-3,9%	-2,3%	-6,6%	6,0%
Comercial	7,8%	15,5%	14,4%	12,7%	18,5%
Passeio	-43,9%	-31,6%	-26,6%	-33,9%	-11,4%

ANEXO 1 – TABELA Demonstração dos Resultados:

Veículos Equivalentes	2T20	1T20	2T19	Var% 2T20/1T20	Var% 2T20/2T19	1S20	1S19	Var% 1S20/1S19
ViaPaulista	13.236	15.183	3.065	-12,8%	331,8%	4.877	28.419	-82,8%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)								
	2T20	1T20	2T19	Var% 2T20/1T20	Var% 2T20/2T19	1S20	1S19	Var% 1S20/1S19
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	175.649	178.620	59.939	-1,7%	193,0%	354.269	117.653	201,1%
Receitas de pedágio	94.915	109.531	16.536	-13,3%	474,0%	204.446	26.284	677,8%
Receitas de obras	79.479	68.064	40.837	16,8%	94,6%	147.543	88.794	66,2%
Receitas acessórias	1.255	1.025	2.566	22,4%	-51,1%	2.280	2.575	-11,5%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(8.270)	(9.514)	(1.606)	-13,1%	414,9%	(17.784)	(2.445)	627,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	167.379	169.106	58.333	-1,0%	186,9%	336.485	115.208	192,1%
CUSTOS E DESPESAS	(109.909)	(99.946)	(55.715)	10,0%	97,3%	(209.855)	(117.036)	79,3%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(23.926)	(26.835)	(10.728)	-10,8%	123,0%	(50.761)	(20.179)	151,6%
Custo dos serv. de construção	(79.479)	(68.064)	(40.837)	16,8%	94,6%	(147.543)	(88.794)	66,2%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(2.217)	(2.833)	(2.349)	-21,7%	-5,6%	(5.050)	(4.722)	6,9%
Remuneração da administração	(842)	(729)	(746)	15,5%	12,9%	(1.571)	(1.356)	15,9%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(3.494)	(1.485)	(1.063)	135,3%	228,7%	(4.979)	(1.993)	149,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	49	-	8	-	512,5%	49	8	512,5%
EBITDA	57.470	69.160	2.618	-16,9%	2095,2%	126.630	(1.828)	-7027,2%
Margem EBITDA	34,3%	40,9%	4,5%	-16,0%	665,0%	37,6%	-1,6%	-2471,8%
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(20.432)	(19.528)	(7.906)	4,6%	158,4%	(39.960)	(12.625)	216,5%
Depreciação de imobilizado	(18)	(18)	(0)	1,5%	15478,5%	(36)	(0)	30823,2%
Amortização do intangível	(18.455)	(17.552)	(7.064)	5,1%	161,2%	(36.007)	(10.976)	228,0%
Amortização do direito de uso	(1.959)	(1.958)	(841)	0,0%	132,8%	(3.917)	(1.648)	137,6%
RESULTADO FINANCEIRO	(13.422)	(19.183)	(9.917)	-30,0%	35,3%	(32.605)	(18.041)	80,7%
Receitas financeiras	(1.865)	1.649	589	-213,1%	-416,6%	(216)	634	-134,1%
Despesas financeiras	(11.557)	(20.832)	(10.506)	-44,5%	10,0%	(32.389)	(18.675)	73,4%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	23.616	30.449	(15.205)	-22,4%	-255,3%	54.065	(32.494)	-266,4%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(7.351)	(9.473)	5.187	-22,4%	-241,7%	(16.824)	11.076	-251,9%
Corrente	(5.780)	(7.339)	-	-21,2%	-	(13.119)	-	-
Diferido	(1.571)	(2.134)	5.187	-26,4%	-130,3%	(3.705)	11.076	-133,5%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	16.265	20.976	(10.018)	-22,5%	-262,4%	37.241	(21.418)	-273,9%

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)								
	2T20	1T20	2T19	Var% 2T20/1T20	Var% 2T20/2T19	1S20	1S19	Var% 1S20/1S19
EBITDA ¹	57.470	69.160	2.618	-16,9%	2095,2%	126.630	(1.828)	-7027,2%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	3.494	1.485	1.063	135,3%	228,7%	4.979	1.993	149,8%
EBITDA Ajustado ²	60.964	70.645	3.681	-13,7%	1556,2%	131.609	165	79663,0%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Sociedade declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Informações Trimestrais da Sociedade – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2020.

Considerações finais

As Informações financeiras intermediárias da Sociedade, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Notas Explicativas

VIAPAULISTA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ViaPaulista S.A. (“Sociedade” ou “ViaPaulista”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 22 de junho de 2017, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A..

A Sociedade iniciou suas operações em 22 de novembro de 2017, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP nº 0359-ARTESP - 2017, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 62.333 de 21 de dezembro de 2017, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 30 anos, a exploração do sistema Rodoviário referente ao Lote denominado Rodovias dos Calçados (Itaporanga – Franca) compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação, apoio na execução dos serviços não delegados considerados os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a Sociedade.

A Arteris S.A. é constituída por um mix de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, o fundo Brookfield Aylesbury S.A.R.L., e a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

No trimestre de 01 de abril de 2020 a 30 de junho de 2020 (“trimestre”), e no período de 01 de janeiro de 2020 a 30 de junho de 2020 (“período”) não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, exceto pelo mencionado abaixo:

Covid-19

Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 a Sociedade analisou os efeitos do coronavírus nas informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020, face a situação adversa decorrente da pandemia do COVID-19, a Sociedade adotou diversas medidas e protocolos no sentido de preservar a integridade, saúde e a segurança de todos os seus colaboradores usuários e demais *stakeholders*, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados.

Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras, tendo em vista o exposto na (i) Portaria nº 139/2020, (ii) Medida Provisória nº 932/2020; e (iii) Medida Provisória nº 927/2020.

- (i) Portaria nº 139 de 3 de abril de 2020, possibilitou as pessoas jurídicas diferirem o pagamento do PIS e COFINS (art. 1º) e Contribuições Previdenciária Patronal (art. 2º) das competências março/2020 e abril/2020 (vencimentos: abril e maio, respectivamente) para o vencimento das competências dos meses julho/2020 e setembro/2020 (vencimentos: agosto e outubro, respectivamente).
- (ii) Medida Provisória nº 932 de 31 de março de 2020 reduziu as alíquotas aplicáveis ao das contribuições para-fiscais destinadas a entidades privadas de serviços (assistência) social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical (Sistema S), até 30 de junho de 2020.

Notas Explicativas

- (iii) Medida Provisória nº 927 de 22 de março de 2020, possibilitou as pessoas jurídicas a: a) diferirem o pagamento do FGTS (art. 19) das competências dos meses de março, abril e maio para as competências imediatamente subsequentes, podendo inclusive ser pagamento parcelados, conforme estabelece o artigo 20 do referido diploma normativa; b) antecipação de férias individuais; c) postergação do pagamento da remuneração de férias até o 5º (quinto) dia útil do mês imediatamente subsequente ao gozo das férias; e d) a concessão de um terço de férias em abono dar-se-á, única e exclusivamente, mediante concordância do empregador (parágrafo único, art. 8º).

A Sociedade adotou estes benefícios previstos nas medidas tributária e não tributárias (FGTS) implementadas pela União, através do diferimento de tributos e do FGTS, redução das alíquotas do sistema S na determinação das contribuições para-fiscais destinadas a outras entidades, concessão de férias antecipadas, postergação do pagamento da remuneração de férias e abono pecuniário de férias.

Ressalta-se, por fim, que as medidas mencionadas acima não excluem a adoção de medidas adicionais e complementares, até o momento não adotadas, como por exemplo aquelas previstas no Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (Medida Provisória nº 936/2020).

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias individuais foram preparadas e estão apresentadas de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária”. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis da ViaPaulista S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (última demonstração financeira anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que detalham os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Sociedade desde a sua última demonstração financeira anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 12 de agosto de 2020.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração financeira anual.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias são as mesmas que as aplicadas na última demonstração financeira anual.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*” nas IFRS’s, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já

Notas Explicativas

foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas informações contábeis intermediárias.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do período ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Caixa e contas bancárias	2.970	4.652
Fundos de investimentos	402.980	142.250
Total	<u>405.950</u>	<u>146.902</u>

<u>Aplicações financeiras</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Fundos de investimentos	69.969	45.895
Total	<u>69.969</u>	<u>45.895</u>

Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 92,7% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (97,7% em 31 de dezembro de 2019). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Pedágio eletrônico a receber	23.744	23.400
Cupons de pedágio a receber	237	306
Cartões de pedágio a receber	97	56
Receitas acessórias a receber	1.929	2.858
Outras receitas a receber	62	10
Total	<u>26.069</u>	<u>26.630</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perda com recebíveis em 30 de junho de 2020. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

Cronograma de recebimento:

Notas Explicativas

	30.06.2020	31.12.2019
	Circulante	Circulante
Créditos a vencer	26.069	26.630
Créditos vencidos até 60 dias	-	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	-	-
	<u>26.069</u>	<u>26.630</u>

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referente aos períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 é como segue:

	30.06.2020		30.06.2019	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	23.616	54.065	(15.205)	(32.494)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(8.029)	(18.382)	5.170	11.048
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	572	1.329	-	-
Outras diferenças permanentes	106	229	17	28
Total	<u>(7.351)</u>	<u>(16.824)</u>	<u>5.187</u>	<u>11.076</u>
Imposto Contabilizado	(7.351)	(16.824)	5.187	11.076
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(5.780)	(13.119)	-	-
Diferido	<u>(1.571)</u>	<u>(3.705)</u>	<u>5.187</u>	<u>11.076</u>
	<u>(7.351)</u>	<u>(16.824)</u>	<u>5.187</u>	<u>11.076</u>
Alíquota efetiva de impostos	(31%)	(31%)	(34%)	(34%)

b) Imposto de renda e a contribuição social diferidos

Estão representados por:

Não circulante	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	30.06.2020	31.12.2019
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal (a)	16.801	33.650
Provisão de participação nos lucros	1.262	2.492
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	-	8
Outras provisões	120	2.994
Provisão para manutenção de rodovias	10.685	5.421
Amortização acumulada de obras futuras	3.718	2.039
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	17.009	13.520
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	13.817	14.065
Arrendamentos - IFRS 16	37	157
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>63.449</u>	<u>74.346</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>21.573</u>	<u>25.278</u>
Base do imposto de renda e contribuição social	<u>21.573</u>	<u>25.278</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>21.573</u>	<u>25.278</u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

Notas Explicativas

Estão representados por:

	30.06.2020		30.06.2019	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo fiscal	(7.425)	(16.849)	12.320	26.476
Provisão de participação nos lucros	(1.953)	(1.230)	(697)	(244)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(8)	(8)	-	-
Outras provisões	(1.028)	(2.874)	496	509
Provisão para manutenção de rodovias	3.658	5.264	1.092	2.031
Amortização acumulada de obras futuras	757	1.679	285	441
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	1.583	3.489	1.673	3.244
Pis e Cofins s/receitas	-	-	-	(65)
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	(126)	(248)	-	-
Arrendamentos - IFRS 16	(78)	(120)	86	184
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	(4.620)	(10.897)	15.255	32.576
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total	<u>(1.571)</u>	<u>(3.705)</u>	<u>5.187</u>	<u>11.076</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(1.571)</u>	<u>(3.705)</u>	<u>5.187</u>	<u>11.076</u>

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, estão fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>
2020	-
2021	6.746
2022	217
2023	1.186
2024	2.003
2025	1.096
Após 2025	10.325
	<u>21.573</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade manterá aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a financiamentos.

A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

As receitas auferidas pela Sociedade, deverão ser vertidas para conta bancária centralizadora e seguir as destinações previstas no Contrato de Administração de Contas, respeitando os percentuais e prazos lá estipulados.

Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva.

A Sociedade deve manter depositada em conta pagamentos de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente para o pagamento da próxima parcela vincenda; na conta reserva, deverão ser mantidas parcelas vincendas nos 03 (três) meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos) ou até que seja medido o ICSD pela primeira vez; ou parcelas vincendas nos 04 (quatro) meses

Notas Explicativas

subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja menor do que 1,3 (um inteiro e três décimos) e igual ou superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos); ou parcelas vincendas nos 05 (cinco) meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja menor do que 1,2 (um inteiro e dois décimos) e igual ou superior a 1,1 (um inteiro e um décimo); e parcelas vincendas nos 05 (cinco) meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja menor do que 1,2 (um inteiro e dois décimos) e igual ou superior a 1,1 (um inteiro e um décimo).

Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

Assim que o montante esteja disponível na conta livre, deverá ser transferido para a conta Conserva Especial, o montante referente ao que for maior entre o valor equivalente a (i) 75% (setenta e cinco por cento) da Provisão para Conservação Especial ou Manutenção; ou (ii) a 75% (setenta e cinco por cento) dos valores indicados para cada ano na tabela que consta no contrato de financiamento com o BNDES, corrigidos pelo IPCA.

O saldo aplicado em conta vinculada em 30 de junho de 2020 é de R\$10.619 (R\$8.061 em 31 de dezembro 2019).

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>				
Saldo em 31.12.2019	18	276	150	444
Adições	-	6	-	6
Saldo em 30.06.2020	<u>18</u>	<u>282</u>	<u>150</u>	<u>450</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2019	-	(8)	(1)	(9)
Depreciações	-	(28)	(8)	(36)
Saldo em 30.06.2020	<u>-</u>	<u>(36)</u>	<u>(9)</u>	<u>(45)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2019	18	268	149	435
Saldo em 30.06.2020	18	246	141	405
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	10%	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>				
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-
Adições	-	6	8	14
Transferências/reclassificações	-	-	-	-
Alienações/baixas	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2019	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>8</u>	<u>14</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-
Depreciações	-	-	-	-
Transferências/reclassificações	-	-	-	-
Alienações/baixas	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2019	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2019	-	6	8	14
Taxas de depreciação - a.a.	0%	0%	10%	

10. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Total
<u>Custo direito de uso</u>						
Saldo em 31.12.2019	7.613	1.344	434	570	69	10.030
Adições	-	-	84	34	-	118
Saldo em 30.06.2020	<u>7.613</u>	<u>1.344</u>	<u>518</u>	<u>604</u>	<u>69</u>	<u>10.148</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2019	(4.171)	(800)	(271)	(307)	(35)	(5.584)
Amortização	(2.950)	(543)	(165)	(240)	(19)	(3.917)
Saldo em 30.06.2020	<u>(7.121)</u>	<u>(1.343)</u>	<u>(436)</u>	<u>(547)</u>	<u>(54)</u>	<u>(9.501)</u>
<u>Direito de uso líquido</u>						
Saldo em 31.12.2019	3.442	544	163	263	34	4.446
Saldo em 30.06.2020	492	1	82	57	15	647
Taxas de amortização - a.a.	45%	40%	48%	49%	49%	
	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Total
<u>Custo direito de uso</u>						
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-
Adoção Inicial	3.750	751	211	309	67	5.088
Adições	-	-	101	-	-	101
Saldo em 30.06.2019	<u>3.750</u>	<u>751</u>	<u>312</u>	<u>309</u>	<u>67</u>	<u>5.189</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-
Amortização	(1.184)	(250)	(104)	(93)	(17)	(1.648)
Saldo em 30.06.2019	<u>(1.184)</u>	<u>(250)</u>	<u>(104)</u>	<u>(93)</u>	<u>(17)</u>	<u>(1.648)</u>
<u>Direito de uso líquido</u>						
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2019	2.566	501	208	216	50	3.541
Taxas de amortização - a.a.	63%	67%	67%	60%	52%	

- (a) Refere-se à locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se à locação de veículos administrativos.
- (d) Refere-se à locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
- (e) Refere-se à locação de computadores e impressoras.

11. INTANGÍVEL E INTANGÍVEL EM ANDAMENTO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Intangível em andamento (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2019	474.389	1.501.574	559	2	1.976.524	205.748	2.182.272
Adições	28.034	-	51	256	28.341	104.328	132.669
Transferências/reclassificações	114.377	-	53	(202)	114.228	(114.228)	-
Alienações/baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2020	616.800	1.501.574	663	56	2.119.093	195.848	2.314.941
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2019	(11.992)	(30.617)	(7)	-	(42.616)	-	(42.616)
Amortizações	(10.051)	(25.944)	(12)	-	(36.007)	-	(36.007)
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2020	(22.043)	(56.561)	(19)	-	(78.623)	-	(78.623)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2019	462.397	1.470.957	552	2	1.933.908	205.748	2.139.656
Saldo em 30.06.2020	594.757	1.445.013	644	56	2.040.470	195.848	2.236.318
Taxas de amortização - a.a.	4%	3%	20%				

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Total do intangível	Intangível em andamento (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2018	-	1.501.574	1.501.574	432.440	1.934.014
Adições	41.594	-	41.594	50.726	92.320
Transferências/reclassificações	334.872	-	334.872	(334.872)	-
Alienações/baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2019	376.466	1.501.574	1.878.040	148.294	2.026.334
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-
Amortizações/Reversões	(4.261)	(6.716)	(10.977)	-	(10.977)
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2019	(4.261)	(6.716)	(10.977)	-	(10.977)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2018	-	1.501.574	1.501.574	432.440	1.934.014
Saldo em 30.06.2019	372.205	1.494.858	1.867.063	148.294	2.015.357
Taxas de amortização - a.a.	6%	0%			

Notas Explicativas

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente no reconhecimento inicial. Vide nota explicativa nº 18.
- (c) Intangível em andamento, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principais natureza duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.
- (d) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No período findo em 30 de junho de 2020, a Sociedade capitalizou o montante de R\$6.708 (R\$4.438 em 30 de junho de 2019) referente aos custos de financiamentos e debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2020 foi de 20,14% e em 2019 34,97%, do total de juros provisionados no período, vide nota 12.

Para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 a Sociedade avaliou e concluiu que não há indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização.

12. FINANCIAMENTOS

A composição dos financiamentos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.06.2020	31.12.2019
Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+6,42% a.a.	set/45	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	811.012	442.232
				<u>811.012</u>	<u>442.232</u>
				-	-
			Custo de transação	<u>(37.151)</u>	<u>(30.727)</u>
			Total Geral	<u>773.861</u>	<u>411.505</u>
			Circulante	727	(107)
			Não circulante	<u>773.134</u>	<u>411.612</u>
			Total	<u>773.861</u>	<u>411.505</u>

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda nacional	30.06.2020			30.06.2019	
	Circulante	Não circulante	Total	Não circulante	Total
Saldo inicial	1.091	441.141	442.232	-	-
Captações/Renovações	-	362.808	362.808	-	-
Juros provisionados	18.489	4.864	23.353	-	-
Pagamento de juros	<u>(17.381)</u>	-	<u>(17.381)</u>	-	-
	<u>2.199</u>	<u>808.813</u>	<u>811.012</u>	-	-
Custo de transação	(1.472)	(35.679)	(37.151)	-	(500)
Saldo final	<u>727</u>	<u>773.134</u>	<u>773.861</u>	-	<u>(500)</u>

Em 30 de junho de 2020, as parcelas de longo prazo relativas aos financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

Ano de vencimento

Após 2025	808.813
Total	<u>808.813</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

- 1) Não conceder mútuos a quaisquer empresas integrantes de seu Grupo Econômico sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- 2) Não realizar, sem prévia anuência do BNDES, a distribuição de dividendos ou o pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o percentual de que trata o § 2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, salvo se estejam, cumulativamente, atingidos requisitos expostos no inciso XXXII da cláusula 10 do Contrato de Financiamento com o BNDES, entre eles, o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja maior ou igual a 1,3 com base nas demonstrações contábeis revisadas dos últimos 04 (quatro) períodos trimestrais, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Para as informações contábeis intermediárias do período findo de 30 de junho de 2020 não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais.

- 3) Não reduzir o capital social da Sociedade:
 - i. Para patamar abaixo de R\$ 1.348.385.843,00 (um bilhão, trezentos e quarenta e oito milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e três reais) sem a prévia anuência do BNDES;
 - ii. Para patamar acima de R\$ 1.348.385.843,00 (um bilhão, trezentos e quarenta e oito milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e três reais), a não ser cumpridos os requisitos elencados no contrato de financiamento, caso em que dependerá de anuência prévia do BNDES.

Em 30 de junho de 2020 a Sociedade, apresentou índice de Cobertura do Serviço da dívida – ICSD abaixo de 1,3.

A Sociedade está adimplente em relação às cláusulas restritivas financeiras mencionadas acima, na data das informações contábeis intermediárias.

O valor justo dos financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Notas Explicativas

13. DEBÊNTURES

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.06.2020	31.12.2019
2ª emissão - série única	400.000	IPCA + 3,9407% a.a.	jun/27	392.398	398.137
				<u>392.398</u>	<u>398.137</u>
			Custo de transação	<u>(7.755)</u>	<u>(8.020)</u>
			Total	384.643	390.117
			Circulante	32.236	23.991
			Não circulante	<u>352.407</u>	<u>366.126</u>
			Total	384.643	390.117

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	30.06.2020			30.06.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	25.068	373.069	398.137	305.371	-	305.371
Captações/Renovações	-	-	-	16.000	384.000	400.000
Juros provisionados	7.974	1.979	9.953	12.691	-	12.691
Amortização de principal	(8.150)	-	(8.150)	-	-	-
Pagamento de juros	(7.542)	-	(7.542)	(12.250)	-	(12.250)
Transferências	16.000	(16.000)	-	(29)	29	-
	<u>33.350</u>	<u>359.048</u>	<u>392.398</u>	<u>321.783</u>	<u>384.029</u>	<u>705.812</u>
Custo de transação	(1.114)	(6.641)	(7.755)	(848)	(2.447)	(3.295)
Saldo final	<u>32.236</u>	<u>352.407</u>	<u>384.643</u>	<u>320.935</u>	<u>381.582</u>	<u>702.517</u>

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
2ª emissão - série única	15.06.2019	400.000	1.000	18.06.2019	400.000.000
		<u>400.000</u>			<u>400.000.000</u>

Em 30 de junho de 2020, as parcelas de longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2021	24.484
2022	44.886
2023	69.370
2024	77.531
Após 2024	<u>142.777</u>
	<u>359.048</u>

As debêntures são garantidas por fiança integral e solidária da Arteris S.A.

As escrituras da 2ª emissão da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo:

Não realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando:

- (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

Notas Explicativas

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Para as informações contábeis intermediárias do período findo de 30 de junho de 2020 não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais.

(b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).

Em 30 de junho de 2020 a Sociedade, apresentou índice de Cobertura do Serviço da dívida – ICSD inferior a 1,3, entretanto esta concessionária não realizou nenhuma das ações que caracterizam descumprimento contratual de acordo com os *covenants* financeiros mencionados acima.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de junho de 2020, o saldo no passivo circulante de R\$ 27.967 (R\$26.179 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a passivos junto fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$14.754 (R\$10.362 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	30.06.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	4.233	370	4.603	-	-	-
Adições	118	-	118	8.230	1.800	10.030
Utilização	(4.167)	-	(4.167)	(5.895)	-	(5.895)
Ajuste a valor presente - AVP	129	-	129	468	-	468
Transferência	370	(370)	-	1.430	(1.430)	-
	<u>683</u>	<u>-</u>	<u>683</u>	<u>4.233</u>	<u>370</u>	<u>4.603</u>

Em 30 de junho de 2020, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	30.06.2020		31.12.2019	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Outros	10	2	15	6
	<u>10</u>	<u>2</u>	<u>15</u>	<u>6</u>

* Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2020, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$3.471.

Notas Explicativas

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a serviços de controle de qualidade, direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária e rateios de despesas administrativas.

Os saldos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e as transações realizadas em 30 de junho de 2020 e de 2019 com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Passivo circulante</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	3.350	2.177
Autovias S.A. (a)	7	87
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	73	109
Passivos com partes relacionadas circulante	3.430	2.373
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.- controladora(c)	1.430	8.939
Total dos juros sobre capital próprio a pagar	1.430	8.939
Total do passivo circulante	4.860	11.312

	<u>Período</u>	
	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
<u>Contas de Resultado:</u>	<u>Despesas gerais</u>	<u>Despesas gerais</u>
	<u>(a)</u>	<u>(a)</u>
<u>Controladora</u>		
Arteris S.A.	(4.085)	(5.586)
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Autovias S.A.	(258)	(787)
Centrovias S.A.	(2)	-
Vianorte S.A.	-	(1)
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(113)	(74)
Total	(4.458)	(6.448)

	<u>Trimestre</u>	
	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
<u>Contas de Resultado:</u>	<u>Despesas gerais</u>	<u>Despesas gerais</u>
	<u>(a)</u>	<u>(a)</u>
<u>Controladora</u>		
Arteris S.A.	(2.078)	(2.790)
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Autovias S.A.	(83)	(7)
Centrovias S.A.	(2)	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(27)	(17)
Total	(2.190)	(2.814)

- (a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas, que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias e são remuneradas a preço de custo.

Notas Explicativas

(b) Refere-se a serviços de controle de qualidade direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, com regime de contratação por preço contratual, fixo e reajustes conforme variação do índice IPCA a partir do 13º mês, vigência de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

(c) Saldo a pagar de juros sobre o capital próprio conforme nota explicativa 20.b.

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou serviços de controle de qualidade, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$405, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do período findo de 30 de junho de 2020, a Sociedade reconheceu o montante de R\$757 (R\$724 em 30 de junho de 2019) a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$814 relativo ao rateio da Holding (R\$632 em 30 de junho de 2019), que totaliza R\$1.571 (R\$1.356 em 30 de junho de 2019), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 01 de abril de 2019, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.400. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados na rubrica "Obrigações sociais" em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, são de R\$1.262 e de R\$2.492, respectivamente.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos a ARTESP pela outorga da concessão.

Em 10 de outubro de 2017 foi pago o valor de R\$ 1.039.903 referente ao valor do ágio ofertado corrigido. Nesta mesma data foi paga a primeira parcela da outorga fixa no valor de R\$ 237.326, equivalente ao valor corrigido de 50% do valor da outorga fixa mínima total, estipulado em R\$ 450.968. Com o advento da Transferência do Sistema Remanescente da Autovias para a ViaPaulista, como rege o anexo 20 do Contrato de Concessão, em 04 de julho de 2019, foi realizado o pagamento da 2ª e última parcela da Outorga Fixa no valor de R\$248.463 ao Poder Concedente, ocorrendo uma reversão do montante provisionado de R\$ 594

Notas Explicativas

devido a utilização do conceito para o cálculo das atualizações mensais aplicado pela Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP ter sido diferente ao do provisionamento.

Além disso, no primeiro semestre de 2020, foi pago o valor de R\$ 12.804 referente às parcelas da Outorga Variável e Taxa de Fiscalização apuradas durante o período.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

Circulante	Valor presente		Valor real em (*)	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Parcela variável (a)	1.061	1.261	1.061	1.261
Total	1.061	1.261	1.061	1.261

(a) Valor variável correspondente a 3,0% da receita bruta de pedágio mensal.

O montante a pagar de R\$1.061 é correspondente ao cálculo de junho de 2020.

Segue com posição do saldo de direito de outorga da concessão:

Valor do ágio ofertado corrido (10 de outubro de 2017)	1.039.903
1ª. parcela da outorga fixa (10 de outubro de 2017)	237.326
2ª. parcela da outorga fixa (04 de julho de 2019)	225.484 (*)
Correção monetária sobre a 2ª. parcela da outorga fixa (março/16 a outubro/17)	13.220 (*)
Direito de outorga da concessão bruto (Ativo intangível)	1.515.933
(-) AVP	(14.358)
Direito de outorga da concessão líquido (Ativo intangível)	1.501.574
Correção da dívida a partir do início da concessão (novembro/17 a outubro/18)	9.759 (*)

(*) Refere-se à somatória do total da 2ª. parcela da outorga fixa de R\$248.463.

19. PROVISÕES

(a) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante o período findo em 30 de junho de 2020 e de 2019 é conforme segue:

	31.12.2019	Adições	Reversões	Pagamentos	30.06.2020
Cíveis	8	46	(8)	(46)	-
Trabalhistas	-	-	-	-	-
Total	8	46	(8)	(46)	-

	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	30.06.2019
Cíveis	-	1	-	(1)	-
Total	-	1	-	(1)	-

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e regulatórios ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$102 em 30 de junho de 2020.

Notas Explicativas

(b) Provisão para investimentos

A provisão de investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

(c) Provisão para manutenção

A provisão de manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 5 anos.

A movimentação do saldo da provisão de investimentos e para manutenção durante os períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 é conforme segue:

	Circulante	Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2019	9.395	112.551	5.421	121.946	5.421
Adições/Reversões	-	(21.741)	4.979	(21.741)	4.979
Ajuste a valor presente	-	3.488	285	3.488	285
Transferências	6.743	(6.743)	-	-	-
Saldo em 30.06.2020	16.138	87.555	10.685	103.693	10.685

	Circulante	Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2018	5.176	96.271	-	101.447	-
Adições/Reversões	-	4.035	1.993	4.035	1.993
Ajuste a valor presente	47	3.197	38	3.244	38
Transferências	(2.625)	2.625	-	-	-
Saldo em 30.06.2019	2.598	106.128	2.031	108.726	2.031

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito em 30 de junho de 2020 é de R\$1.409.086 (R\$ 1.348.386 em 31 de dezembro de 2019), composto por 1.397.784.793 (1.338.852.754 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$1.409.086 (R\$1.348.386 em 31 de dezembro de 2019).

A Arteris realizou até 31 de dezembro de 2019, adiantamento para futuro aumento de capital “AFAC” no valor de R\$60.700, mediante aportes com objetivo de suprir as necessidades de caixa da ViaPaulista. Em 24 de janeiro de 2020 foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$60.700 (sessenta milhões e setecentos mil reais), mediante a emissão de 58.932.039 (cinquenta e oito milhões, novecentos e trinta e duas mil e trinta e nove) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,03.

A Sociedade pagou no dia 17 de janeiro de 2020, juros sobre o capital próprio referente ao resultado apurado exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 10.516, o qual incidiu a quantia de R\$1.577, devido ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sendo o montante líquido de R\$8.939.

Além disso, no período findo em 30 de junho de 2020 e com base no resultado apurado neste período de seis meses, a Sociedade constituiu juros sobre o capital próprio no montante de R\$3.908, o qual incide a quantia de R\$586, referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, sendo saldo líquido de R\$3.322.

Notas Explicativas

21. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.06.2020		30.06.2019	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	94.915	204.446	16.536	26.284
Receita de serviços de construção	79.479	147.543	40.837	88.794
Outras receitas	1.255	2.280	2.566	2.575
Receita bruta	175.649	354.269	59.939	117.653
ISSQN	(4.755)	(10.223)	(905)	(1.382)
PIS	(625)	(1.344)	(124)	(187)
COFINS	(2.885)	(6.201)	(573)	(865)
Outras deduções	(5)	(16)	(4)	(11)
Receita líquida	167.379	336.485	58.333	115.208

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.06.2020		30.06.2019	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(5.414)	(10.662)	(2.285)	(4.819)
Serviços de terceiros	(6.194)	(12.382)	(2.623)	(5.060)
Conservação	(3.499)	(8.556)	(3.376)	(6.004)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(407)	(922)	(140)	(263)
Consumo	(874)	(1.884)	(263)	(505)
Transportes	(907)	(2.074)	(360)	(821)
Verba de fiscalização	(2.885)	(6.202)	(573)	(866)
Seguros / Garantias	(827)	(1.806)	(518)	(921)
Ônus variável	(2.885)	(6.202)	(573)	(866)
Provisão de manutenção em rodovias	(3.494)	(4.979)	(1.063)	(1.993)
Custos de serviços da construção	(79.479)	(147.543)	(40.837)	(88.794)
Depreciação / Amortização	(7.242)	(13.988)	(3.557)	(5.909)
Amortização da Outorga	(13.176)	(25.944)	(4.349)	(6.716)
Outros	(34)	(71)	(17)	(54)
Total	(127.317)	(243.215)	(60.534)	(123.591)

	30.06.2020		30.06.2019	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(1.003)	(1.917)	(1.228)	(2.418)
Serviços de terceiros	(343)	(900)	(390)	(890)
Manutenção de bens e conservação	(289)	(587)	(331)	(478)
Consumo	(433)	(918)	(109)	(298)
Transportes	(9)	(87)	(5)	(10)
Seguros/Garantias	(4)	(9)	(7)	(13)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(11)	(38)	(1)	(2)
Comunicação e marketing	(53)	(109)	(123)	(207)
Indenizações à terceiros	-	-	-	-
Publicações legais	(1)	(178)	(31)	(175)
Depreciação / Amortização	(14)	(28)	-	-
Outros	(71)	(307)	(124)	(231)
Total	(2.231)	(5.078)	(2.349)	(4.722)

Notas Explicativas

23. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.06.2020		30.06.2019	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	(1.928)	(281)	577	605
Outras receitas	63	65	12	29
Total	<u>(1.865)</u>	<u>(216)</u>	<u>589</u>	<u>634</u>
	30.06.2020		30.06.2019	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(8.760)	(26.598)	(4.474)	(8.253)
Atualização monetária do ônus da concessão	-	-	(3.658)	(5.906)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(1.795)	(3.902)	(1.788)	(3.466)
Outras despesas	(1.002)	(1.889)	(586)	(1.049)
Total	<u>(11.557)</u>	<u>(32.389)</u>	<u>(10.506)</u>	<u>(18.674)</u>

(*) Do total de R\$ 33.306 de: juros empréstimos e financiamentos e debêntures, o total de R\$6.708 foram capitalizados e reconhecidos como adições de intangível no fluxo de caixa.

24. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	30.06.2020	30.06.2019
Total das adições de intangível, intangível em andamento e imobilizado	132.675	92.334
Juros capitalizados - financiamentos	(5.501)	-
Juros capitalizados - debêntures	<u>(1.207)</u>	<u>(4.438)</u>
	<u>125.967</u>	<u>87.896</u>
Aquisição (adições)	(125.967)	(87.896)
Fornecedores	10.833	(19.267)
Obrigações fiscais	8.638	(54)
Contas a pagar - partes relacionadas	10	1.154
Cauções contratuais	3.981	1.754
Provisão para investimentos em rodovias	<u>(21.741)</u>	<u>4.035</u>
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e intangível em andamento	<u>(124.246)</u>	<u>(100.274)</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de períodos anteriores menos valores a pagar no período , que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	1.721	(12.378)

Notas Explicativas

25. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro (prejuízo) do período.

	30.06.2020		30.06.2019	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Básico/Diluído				
Lucro (Prejuízo) líquido do período	16.265	37.241	(10.018)	(21.418)
Número de ações durante período	1.390.014	1.390.014	1.338.853	1.338.853
Lucro (Prejuízo) por ação	0,0117	0,0268	(0,0075)	(0,0160)

(*) Vide cálculo referente a média ponderada do número de ações:

Evento	Data	Dias (evento e final do período)	%	Ações emitidas no ano	Saldo atual de ações	Média ponderada de ações
	31.12.2019	0	0,00%	-	1.338.852.754	1.338.852.754
Ata AGE	24.01.2020	158	86,81%	58.932.039	1.397.784.793	51.160.781
	31.03.2020	182	0,00%	58.932.039	-	1.390.013.535
Média ponderada (em milhares)						1.390.014

Não há diferença entre o lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	30.06.2020		31.12.2019	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Equivalentes de caixa	Nível 1	1	405.950	405.950	146.902	146.902
Aplicação financeira	Nível 2	1	69.969	69.969	45.895	45.895
Contas a receber clientes	Nível 1	2	26.069	26.069	26.630	26.630
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	10.619	10.619	8.061	8.061
Outros Créditos	Nível 1	2	110	110	106	106
			512.717	512.717	227.594	227.594
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	2	773.861	773.861	411.505	411.505
Partes relacionadas passivas	Nível 2	2	4.860	4.860	11.312	11.312
Debêntures (**)	Nível 2	2	392.398	386.242	398.137	380.212
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 1	2	42.721	42.721	36.541	36.541
Taxa de fiscalização	Nível 1	2	1.061	1.061	1.261	1.261
Credores pela concessão	Nível 1	2	1.061	1.061	1.261	1.261
Outras contas a pagar	Nível 1	2	3.907	3.907	9.389	9.389
			1.219.869	1.213.713	869.406	851.481

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(**) Vide nota 12

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

27. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Notas Explicativas

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2020 e de 2019 a Sociedade não apresenta saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 30 de junho de 2020, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	3,00%	3,75%	4,50%
Receita de aplicações financeiras	13.431	16.789	20.147
Juros a incorrer CDI líquido (*)	13.431	16.789	20.147
IPCA	3,05%	3,81%	4,58%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(27.903)	(31.013)	(34.123)
Juros a incorrer - Debêntures	(52.650)	(59.040)	(65.431)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(80.553)	(90.053)	(99.554)
Juros a incorrer líquido	(67.122)	(73.264)	(79.407)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 3 de abril de 2020, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

Em 30 de junho de 2020 a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$23.744 das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar, Movemais e Veloe, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registradas na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá

Notas Explicativas

liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A sua controladora Arteris S/A gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
BNDES Automático	8,42%	25.764	66.209	80.997	78.782	1.294.018	1.545.770
Debêntures - IPCA	5,89%	24.121	48.020	44.886	69.370	220.308	406.705
Fornecedores e cauções contratuais	-	42.721	-	-	-	-	42.721
Fornecedores partes relacionadas	-	3.430	-	-	-	-	3.430
Credores pela concessão	-	1.061	-	-	-	-	1.061
Outras contas a pagar	-	3.907	-	-	-	-	3.907
		<u>101.004</u>	<u>114.229</u>	<u>125.883</u>	<u>148.152</u>	<u>1.514.326</u>	<u>2.003.594</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.07 a 30.09.2020	01.10 a 31.12.2020	01.01 a 31.03.2021	01.04 a 30.06.2021	Total
BNDES Automático	8,42%	13.085	12.679	12.071	12.679	50.514
Debêntures - IPCA	5,89%	-	24.121	-	23.503	47.624
Fornecedores e cauções contratuais	-	39.793	2.928	-	-	42.721
Fornecedores partes relacionadas	-	3.430	-	-	-	3.430
Credores pela concessão	-	1.061	-	-	-	1.061
Outras contas a pagar	-	3.907	-	-	-	3.907
		<u>61.276</u>	<u>39.728</u>	<u>12.071</u>	<u>36.182</u>	<u>149.257</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A exploração de concessão pública de rodovias consiste no único negócio da Sociedade, sendo esse o único resultado operacional regularmente revisto pelo principal gestor das operações da Sociedade para as tomadas de decisões sobre recursos a serem alocados e para avaliação do seu desempenho.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Sociedade.

29. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e o pagamento do ônus fixo da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2020, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Notas Explicativas

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	2.187.298
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	734.154

(*) Por sinistro.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Covid-19

A Sociedade esclarece que, dado o cenário atual, é possível que o ritmo de execução das obras possa ser afetado, uma vez que grande parte das empresas prestadoras de serviços também estão em contingência enquanto perdura esse período de crise.

Além disso, ressalta que está envidando todos os esforços para manter o nível de serviços das operações nas rodovias administradas e que segue comprometida com a segurança de seus colaboradores bem como dos usuários das rodovias.

Ressalta ainda, que vem mantendo diálogo com as Agências Reguladoras visando garantir medidas conjuntas para minimizar os impactos na operação das rodovias administradas.

Caso a intensidade e duração do cenário de pandemia se intensifique em patamares não previstos, a Sociedade detém capacidade de gerenciamento, dado o seu acesso a mercados de crédito.

Não obstante aos efeitos da pandemia do COVID-19, a Sociedade continua monitorando os seus efeitos nos negócios nos meses subsequentes. Nesse sentido, de acordo com o acompanhamento diário de tráfego realizado pela Sociedade, foram comparados os períodos entre 01 a 31 de julho de 2020, ambos comparados contra o mesmo período de 2019.

Os resultados foram de redução de 7,9%. Foram comparadas também as receitas pedagiadas deste período apresentados um total de R\$36.530 em 2020 contra R\$39.679 de 2019.

A Administração permanecerá monitorando e mensurando os impactos decorrentes da pandemia, visando avaliar eventuais efeitos econômico-financeiros que possam impactar as condições financeiras e patrimoniais além de comprometer a continuidade do negócio, como forma de preservar a adequada prestação dos serviços aos usuários da rodovia.

Medida Provisória nº 927 de 22 de março de 2020 embora tenha ocorrido a perda da eficácia do texto normativo, em decorrência da não votação da MP pelo Senado Federal, remanesce a legitimidade dos efeitos dos atos praticados pela Administração da Sociedade durante o prazo de validade (22.03.2020 à 19.07.2020), tendo em vista que a Medida Provisória possui forma de lei, conforme dispõe o caput do art. 62 da CRFB; ressalvada a hipótese de edição de Decreto Legislativo pelo Congresso Nacional, que delibere de forma adversa do exposto na redação da MP, conforme assenta o §3º do art. 62 da CRFB.

* * *

Diretor Presidente
Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor de Operações
André Giavina Bianchi

Contador
Vanessa Ferreira Gouveia
CRC ISP 172702/O-4

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Via Paulista S.A.
Ribeirão Preto – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Via Paulista S.A. (“Sociedade”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (“DVA”) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes, relativos aos balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2019 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 20 de fevereiro de 2020, sem modificação. Os valores correspondentes, relativos às demonstrações, do resultado, do resultado abrangente de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório em 23 de agosto de 2019 sem modificação. Os valores correspondentes relativos à demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 12 de agosto de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027666/F

Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da ViaPaulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2020.

Ribeirão Preto, 12 de agosto de 2020.

Sérgio Moniz Barretto Garcia
Diretor Presidente

André Giavina Bianchi
Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da ViaPaulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da KPMG Auditores Independentes.

Ribeirão Preto, 12 de agosto de 2020.

Sérgio Moniz Barretto Garcia
Diretor Presidente

André Giavina Bianchi
Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro
Diretor de Relações com Investidores